

ANÁLISE DAS DISPUTAS NO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA, O CURRÍCULO PRESCRITO E O CURRÍCULO ATIVO.

O interesse pelos estudos sobre o currículo foi despertado no momento em que foram anunciadas as implantações para o currículo único da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo no ano de 2008.

Portanto cabe-se analisar qual o ensino de geografia tem se produzido através do currículo único da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, sendo que este é um palco de diversas disputas, sejam elas, por pertencimento social amplo, por acesso aos bens materiais e culturais, simbólicos e memoriais, na diversidade de espaços sociais, onde o direito à escola adquire outra relevância.

A reflexão sobre os diversos sujeitos do currículo permite compreender que o currículo envolve dimensões formais e não-formais, documentais, políticas, entre outras e, ao se transformar o currículo prescrito em prática, ou seja, no currículo ativo.

Os sujeitos do currículo, os alunos e professores, embalados por um amplo movimento de afirmação, articulam o seu direito a escola, do outro lado, se encontra o currículo oficial, como estratégia na tentativa de regular o funcionamento da escola.

Os últimos anos foram marcados pela criação de diversas políticas em torno desta implantação curricular, como por exemplo, as avaliações padronizadas para alunos e professores, políticas de treinamento e controle, bem como presenciamos a precarização do trabalho docente e avanços de medidas de terceirização da educação pública.

Para a consecução do proposto se faz necessária à realização de uma pesquisa bibliográfica, concomitante a uma discussão teórica para analisar os diversos significados do currículo, por meio de autores da Pedagogia Crítica, da Teoria Crítica do Currículo, e da Sociologia do Currículo, como Michael Apple, Peter Mac Laren e Henry Giroux, estes têm a sua formação vinculada à passagem de Paulo Freire pelos Estados Unidos e analisam como os movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos se constroem e disputam determinado conhecimento na concepção e manutenção das políticas sociais, educativas e curriculares.

Para esta análise geográfica se faz necessária a pesquisa empírica através de entrevistas realizadas com professores de geografia de escolas do Estado de São Paulo na passagem do currículo prescrito para o ativo através de questões sobre as práticas de ensino de geografia produzidas através do uso (ou não) do currículo único de geografia do Estado de São Paulo.

Portanto, os professores e alunos não se pensam apenas como instrutores e aprendizes dos conhecimentos, mas, exigem ser reconhecidos como sujeitos de experiências sociais e de saberes que requerem ter vez no território dos currículos e faz-se relevante a análise geográfica de tais disputas curriculares.